

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

ABORDAGENS DA HISTÓRIA DAS FACÇÕES CRIMINAIS DO RIO DE JANEIRO NA LITERATURA CIENTÍFICA: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Thaíssa Fernanda Kratochwill de Oliveira, Adriano Silva, Patrícia Constantino

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10045>

Submetido em: 2024-09-17

Postado em: 2024-09-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

TÍTULO: ABORDAGENS DA HISTÓRIA DAS FACÇÕES CRIMINAIS DO RIO DE JANEIRO NA LITERATURA CIENTÍFICA: UMA REVISÃO DE ESCOPO

TITLE: APPROACHES TO THE HISTORY OF CRIMINAL FACTIONS IN RIO DE JANEIRO IN THE SCIENTIFIC LITERATURE: A SCOPING REVIEW

AUTORIA:

Thaíssa Fernanda Kratochwill de Oliveira (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3004-4368>

Adriano Silva (Doutor - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1105-9046>

Patrícia Constantino (Doutora - Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/Fiocruz). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5835-0466>

RESUMO

Esta revisão de escopo buscou investigar se e como a história das facções criminais oriundas do estado do Rio de Janeiro tem sido abordada na literatura científica. A pergunta de pesquisa foi: “como a história, percursos e desdobramentos da atuação das facções criminais oriundas do estado do Rio de Janeiro são descritos pela literatura científica?”. Para respondê-la, buscou publicações nas bases da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, Scopus e Web Of Science. Foi adotado o procedimento duplo-cego para a seleção de publicações e o Guia PRISMA-ScR para sumarização dos resultados. Verificou-se que a história destas facções não foi objeto principal dos estudos, sendo abordada por eles de maneira breve e pontual. As formas de conceituá-las variavam desde as que enfatizavam sua atuação no tráfico; que destacavam seu caráter cultural; seu caráter de governança; seu caráter de resistência política. Quanto à história das facções, alguns trabalhos trouxeram dados sobre sua origem; outros sobre sua trajetória no mercado do tráfico; sobre o surgimento de uma “cultura de facção”; sobre a relação entre facções e Estado. As diferentes formas de conceituá-las e o destaque de certos aspectos de sua história em detrimento de outros seguem a tendência da literatura mais abrangente sobre o tema.

Palavras-chave: violência; revisão de literatura; saúde coletiva.

ABSTRACT

This scoping review aimed to investigate whether and how the history of criminal factions originating from the state of Rio de Janeiro has been addressed in the scientific literature. The research question was: “How are the history, pathways, and developments of the activities of criminal factions from the state of Rio de Janeiro described in the scientific literature?” To answer this, publications were searched in the Virtual Health Library

(BVS), SciELO, Scopus, and Web of Science databases. A double-blind procedure was adopted for the selection of publications, and the PRISMA-ScR guidelines were used to summarize the results. It was found that the history of these factions was not the main focus of the studies, being briefly and sporadically addressed. The ways of conceptualizing them varied, ranging from those that emphasized their involvement in drug trafficking, their cultural nature, their governance structure, or their role in political resistance. Regarding the history of the factions, some studies provided data on their origins, others on their trajectory in the drug market, the emergence of a “faction culture” or the relationship between factions and the state. The different ways of conceptualizing these factions and the emphasis on certain aspects of their history over others reflect trends in the broader literature on the subject.

Keywords: violence; literature review; public health.

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado sobre as facções criminais nos dias atuais. Há décadas se pode acompanhar notícias diárias nos jornais sobre as disputas armadas entre grupos rivais, além das operações policiais ordenadas pelo poder público como suposta forma de enfrentá-las. Para além dos jornais, eventos relacionados às facções criminais têm sido retratados em filmes – como *Cidade de Deus*; *400 contra 1*; *Quase Dois Irmãos*; entre outros – e, mais recentemente, em séries, tais como *Irmandade* e *O Jogo Que Mudou a História*, inspiradas na história e dinâmica do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV).

Apesar de muito comentado, nem sempre o tema é abordado corretamente. Embora as produções audiovisuais não possuam nenhum compromisso de retratar fielmente os eventos mencionados, no caso dos noticiários e das pesquisas científicas, deve-se adotar um cuidado maior para não gerar ou reproduzir equívocos. No contexto científico, periodicamente são divulgados mapas sobre a expansão de facções e milícias pelos territórios, numa abordagem que junta ambos sob a classificação “grupos armados”, o

que contribui para minimizar as diferenças estruturais entre eles e é prejudicial para seu correto entendimento(1,2).

Os estudos em saúde pública também têm se debruçado sobre o tema. Neles, é possível observar a tendência de abordar os efeitos da violência faccional na vida da população local, sem, no entanto, investigar as raízes históricas do surgimento das facções criminais (3–8).

Além disto, a existência das facções têm sido utilizada pelo sistema jurídico para ampliar a margem de criminalização de pessoas pobres e periféricas, a exemplo das acusações e prisões de cantores de funk como MC Poze do Rodo e DJ Rennan da Penha, acusados de associação para o tráfico, apologia ao crime, entre outros tipos penais (9,10). Uma das linhas argumentativas recorrentes nas acusações liga-se ao fato de os MCs cantarem sobre a realidade faccional que vivenciam no cotidiano, ou mencionarem, nas músicas, nomes de amigos da comunidade acusados ou condenados pelo sistema de justiça criminal. Fazer músicas que exaltem seu território, sua cultura ou retratem a realidade de violência cotidiana faz com que estes artistas sejam rotulados de criminosos.

Considerando os equívocos e as injustiças produzidas por estas formas incorretas de abordar o tema das facções e partindo do pressuposto de que o conhecimento sobre a história destes grupos pode ajudar a minimizá-los, este trabalho se propôs a compreender a história das facções criminais oriundas do estado do Rio de Janeiro a partir da literatura científica. Para tanto, investigou se e de que maneira as histórias destas facções são abordadas nas publicações científicas sobre o tema.

MÉTODOS

Em 15 de março de 2024 procedeu-se à busca por publicações para uma revisão de escopo que buscou responder à seguinte pergunta de pesquisa: “como a história, percursos e desdobramentos da atuação das facções criminais oriundas do estado do Rio de Janeiro são descritos pela literatura científica?”. As bases de dados acessadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Scopus e a Web of Science, visando encontrar não apenas estudos da área da saúde, mas também das ciências humanas e sociais, buscando abranger perspectivas diversas sobre o tema. Foram utilizadas as seguintes chaves de busca nas bases de dados:

BASE DE DADOS	BVS	SciELO	Scopus	WOS
CHAVE DE BUSCA	("comercio ilegal de drogas" OR narcotrafico OR "trafico de drogas" OR faccoes OR faccao OR "Crime organizado" OR "Comando vermelho" OR "Terceiro comando" OR "Terceiro comando puro" OR "Amigos dos amigos" OR "Parceria 5.3") AND (rio de janeiro OR rj OR carioca OR fluminense)	("comercio ilegal de drogas" OR narcotrafico OR "trafico de drogas" OR faccoes OR faccao OR "Crime organizado" OR "Comando vermelho" OR "Terceiro comando" OR "Terceiro comando puro" OR "Amigos dos amigos" OR "Parceria 5.3") AND (rio de janeiro OR rj OR carioca OR fluminense)	(TITLE-ABS-KEY ("drug trafficking" OR "Comando vermelho" OR "Terceiro comando" OR "Terceiro comando puro" OR "Amigos dos amigos" OR "Parceria 5.3") AND TITLE-ABS-KEY ("rio de janeiro" OR rj OR carioca OR fluminense))	"drug trafficking" OR "Comando vermelho" OR "Terceiro comando" OR "Terceiro comando puro" OR "Amigos dos amigos" OR "Parceria 5.3" (All Fields) and "rio de janeiro" OR rj OR carioca OR fluminense (All Fields)
CAMPOS USADOS NA BUSCA	Título; assunto; resumo	Todos os índices	Título; assunto; resumo	Todos os campos (All Fields)
FILTROS	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
REGISTROS	87	67	70	43

Quadro 1. Detalhamento das buscas realizadas. Elaboração própria.

Os trabalhos encontrados foram exportados para o software *Rayyan*, possibilitando um refinamento da seleção através da técnica duplo-cego. Para esta seleção foram adotados os seguintes critérios:

- a) Inclusão: artigos que faziam menção a fatos ou a dinâmicas envolvendo as facções originárias do estado do Rio de Janeiro; artigos que tratavam de aspectos da história das facções do Rio de Janeiro; artigos que descreviam desdobramentos da atuação das facções criminais no cotidiano da população.

b) Exclusão: artigos que não mencionavam estas facções; discussões envolvendo somente facções de outras regiões, sem articulação com aquelas oriundas do Rio de Janeiro; trabalhos cujo conteúdo integral não estava disponível.

O protocolo de busca e seleção foi registrado na plataforma Open Science Framework (OSF), sob o DOI de nº DOI 10.17605/OSF.IO/ST5V7. O método de resumo dos dados da revisão segue o Guia PRISMA-ScR do Instituto Joanna Briggs para revisões sistemáticas e extensão de meta-análises para revisões de escopo(11).

RESULTADOS

O fluxograma abaixo sistematiza o processo de seleção do material encontrado na busca realizada nas bases de dados.

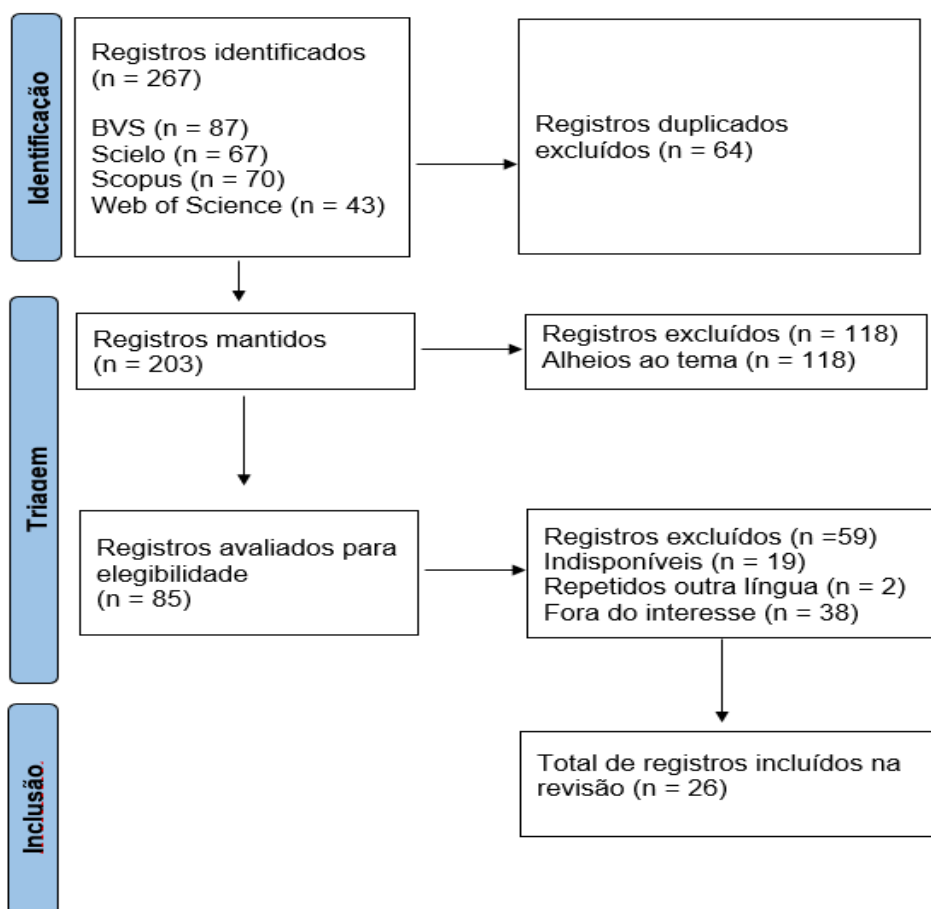


Figura 1. Fluxograma de seleção. Adaptado de Prisma ScR.

Perfil das publicações

O período das publicações variou de 2001 a 2023, sendo os anos de 2008 e 2017 os que obtiveram mais publicações, individualmente (3 e 4 artigos, respectivamente). Não foi identificado, no entanto, um assunto ou evento comum enquanto disparador destas publicações.

Embora haja exceções, a maioria dos estudos adotou um dos seguintes objetivos: identificar semelhanças e diferenças entre facções e outros grupos do que se chama "crime organizado"(12–17); compreender motivações e trajetórias de jovens que ingressam ou abandonam o trabalho no tráfico (18–21); discutir os impactos da violência associada às facções na vida de profissionais e moradores das regiões em que elas estão presentes (22–24); analisar os efeitos de políticas públicas sobre as facções ou os moradores de favelas(25–31). Embora nenhum deles tivesse como objetivo discutir a história das facções, em algum momento os artigos abordaram este tópico, sendo estes dados específicos o foco de interesse de nossa análise nesta revisão.

Em relação às áreas de conhecimento das revistas, a ampla maioria localiza-se na área das Ciências Humanas e Sociais (12), seguida por Saúde (5), Interdisciplinar (3), Ciência Política (2), Economia (1), Relações Internacionais (1), Segurança Pública (1) e Educação Física (1).

No campo específico dos estudos da área de Saúde, a maioria buscou compreender os processos de aproximação e saída de jovens do trabalho no tráfico (18–20). Outro deles buscou avaliar a influência das disputas faccionais nas taxas de homicídio observadas nas zonas de conflito(32) e outro buscou identificar os elementos estruturantes de narrativas midiáticas sobre o tráfico de drogas, as quais incentivam a militarização das favelas (33).

Quanto às metodologias, a grande maioria eram pesquisas de campo antropológicas/etnografias (12,14–16,22–24,27,29,31,32,34,35). Também houve abordagens sociopolítica (17,19,30,36), psicanalítica ou de histórias de vida (18,20,21), estudos de caso (13,26,28,37), análise de discurso ou de reportagens (25,33).

Como as facções são descritas

Não obstante os estudos tratem do mesmo objeto, tanto a maneira de nomeá-lo como de descrevê-lo variaram muito entre os estudos. A tendência majoritária foi de adotar termos que focam nas atividades criminais das facções, sobretudo o tráfico de drogas. Nesta linha foram encontrados termos como: crime organizado, organizações criminosas ou facções criminosas (13–20,25–29,32–34); tráfico de drogas, tráfico de drogas de varejo, tráfico de drogas armado, traficante, facções do tráfico de drogas, gangues de tráfico de drogas, grupos do tráfico, crime, facções (com foco na atividade do tráfico) (12,13,15,19–27,32–34); jovens que atuam no comércio varejista de drogas ilegais (31).

Além desta, outra linha destaca o caráter cultural das facções, em termos como: pessoal, amigos, o homem, os caras (34,35); movimento (14). Um destes estudos adota o termo facções do tráfico de drogas, porém com ênfase na cultura de comando, que seria um conjunto de leis, valores, modo de comunicação, comportamentos, arte, organização hierárquica, modo de exercício do poder que teria sido estabelecido nas favelas cariocas sob o domínio de facções e se disseminado para outros espaços da cidade (18).

Outros estudos enfatizam o aspecto de governança exercido pelas facções, utilizando termos como: *gangster warlords*, domínios armados, governo criminal, governança criminal, comandos (14,25,30,37).

Por último, alguns destacam o caráter político ou de resistência travado através das facções, com o uso de termos como: ameaça, insurgência criminosa, *criminal syndicates*, *trafficking syndicates*, comandos, facções (13,16,36).

Importante destacar que diversos estudos adotaram simultaneamente termos que expressavam mais de uma destas linhas de entendimento, o que evidencia o caráter multifacetado das facções. Estes achados parecem reproduzir a lógica já identificada por Gabriel Feltran em sua abordagem sobre o PCC, principal facção paulista. Conforme ele explica, a facção é composta por várias dimensões e, dependendo do ponto de vista de quem a estaria observando, uma ou outra destas dimensões seria percebida com maior ênfase. Assim, uma mesma facção tenderia a ser descrita de forma diferente por um policial federal de fronteira e por um policial de atuação ostensiva em favelas, bem como por alguém que vivenciou de perto a redução de homicídios promovida pelo PCC nas “quebradas” e alguém que teve seu condomínio assaltado por um membro da facção em um condomínio da cidade (38). Embora esta facção guarde diferenças importantes em relação às facções cariocas, o caráter complexo e multifacetado que se reflete nas formas como são conceituadas parece ser um dado comum entre estes grupos.

Como a história das facções criminais é abordada

Os artigos que foram selecionados mencionaram, em algum momento, algo da história das facções criminais oriundas do Rio de Janeiro. Os aspectos desta história ou a maneira pela qual foram abordados variaram em cada artigo, como explicitado a seguir. As variações observadas deram origem a uma separação dos artigos em categorias, de acordo com o aspecto histórico que era destacado. Alguns deles trouxeram dados sobre a origem das facções cariocas, outros sobre a evolução das facções cariocas e as consequentes transformações no tráfico, outros sobre o surgimento de uma cultura de facção e houve

ainda os que trataram da relação facções-Estado. A seguir, discute-se os principais achados dos artigos.

Origem das facções criminais do Rio de Janeiro

Há ampla concordância nos artigos que abordaram a origem das facções criminais do estado do Rio de Janeiro de que a primeira delas, o Comando Vermelho (CV) surgiu no ambiente prisional – especificamente no Presídio da Ilha Grande - na década de 1970, contexto da Ditadura Militar (13,15,17–19,36).

ORIGEM DAS FACÇÕES CARIOCAS			
Título/ Revista	Autor e ano	Como as facções são descritas?	Como a história das facções aparece?
Adolescentes pobres e o tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro: aproximação sociológica e psicanalítica ao problema/Tese de Doutorado em Saúde Pública	Claudio Ribeiro Huguet (2005)	Crime organizado; facções do tráfico de drogas (ênfase na cultura de comando)	Comando Vermelho é fundado em 1979 no presídio da Ilha Grande, originalmente sob influência da ideologia da esquerda revolucionária e da crítica ao Estado ditatorial, à burguesia e ao capitalismo. Estes princípios se deterioram e surge uma rede própria de crenças, costumes, valores, símbolos, linguagem, códigos e leis, sustentada simbolicamente pelas figuras de importantes líderes.
Beyond the Unidades de Polícia Pacificadora: Countering Comando Vermelho's Criminal Insurgency/Small Wars and Insurgencies	Claudio Ramos da Cruz; David H. Ucko (2018)	Ameaça; insurgência criminosa. Foco em organização de tráfico.	Comando Vermelho nascido como uma gangue de prisão. Hoje controla o tráfico e o uso da violência nas favelas. Na Ditadura, os presos enviados para o Presídio da Ilha Grande encontraram insurgentes do regime, aprenderam princípios paramilitares e ideias de revolução contra o Estado. Passaram a se organizar em Falanges e por um erro de cálculo do Estado, a transferência destes presos para outros presídios ampliou sua atuação.
<i>How Similar Are Modern Criminal Syndicates to Traditional Mafias?/Crime and Justice</i>	Peter Reuter; Letizia Paoli (2020)	<i>Organized crime organizations; criminal syndicates; drug trafficking syndicates; drug gangs.</i>	O Comando Vermelho surge como uma gangue prisional que protegia os presos da brutalidade da administração do sistema. Seus fundadores incluíam presos políticos de esquerda e presos

			comuns encarcerados durante a ditadura militar de 1964-1985. Mais recentemente, a facção perdeu sua ideologia política e se concentrou na venda de drogas.
<i>Living on the edge: youth entry, career and exit in drug-selling gangs/Journal of Economic Behaviour & Organization</i>	Leandro S. Carvalho; Rodrigo R. Soares (2016)	<i>Drug trafficking; drug trafficking gangs; criminal organizations; drug factions; factions.</i>	Há três facções espalhadas pela cidade (Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos), surgidas no sistema penitenciário ao final da década de 1970 e início da década de 1980, concomitantemente com a chegada do comércio de cocaína em larga escala à cidade.
Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades/ Revista de Sociologia e Política	Michel Misse (2011)	Comandos; crime organizado; atividade criminal violenta organizada.	Os comandos do Rio surgiram no sistema penitenciário durante a ditadura militar, com a convivência entre militantes e assaltantes enquadrados na Lei de Segurança Nacional de 1969. Os presos políticos organizaram-se para reivindicar direitos violados, sendo seguidos pelos comuns. Alguns consideravam-se de esquerda, designando-se como "Falange Vermelha" e, depois, pela imprensa, como "Comando Vermelho". Em 1979 apenas os presos políticos são anistiados, gerando revolta entre os comuns, por considerarem-se abandonados.
O crime é político: elementos teóricos para uma análise neoinstitucionalista das milícias no Rio de Janeiro/ Revista Brasileira de Ciência Política	Igor Novaes Lins; Carlos Augusto Mello Machado (2023)	Organizações criminosas; facções do crime organizado.	Organizações criminosas nasceram durante o período da ditadura militar nos presídios e resultam da interação entre presos "políticos" e "comuns", entre os anos 1970 e 1980. Presos pelo regime e assaltantes de bancos articularam-se para exigir direitos negados pelos militares. Espelhando-se nos movimentos de contestação, outros "criminosos" organizaram-se para reivindicar direitos e dominar o sistema carcerário. No Rio, o (CV), o (TCP) e os (ADA), que depois tornaram-se facções do crime organizado.
<i>The right to public security: policing and activism in a Rio de Janeiro favela/ American Ethnologist</i>	Stephanie Savell (2021)	Os caras (<i>the guys</i>); os bandidos (<i>the criminals</i>); <i>traffickers</i> .	Mito de origem do Comando Vermelho: na década de 1980 havia anarquia e muitas pequenas gangues baseadas em favelas lutavam entre si. Quando a facção começou a consolidar seu governo, expulsou outras gangues e passou a punir pessoas por quebrar suas regras.

Quadro 2. Artigos que abordaram a origem das facções criminais do Rio de Janeiro. Elaboração própria.

Durante a Ditadura Militar os presos enviados para o Presídio da Ilha Grande encontraram insurgentes políticos do Regime enquadrados pela Lei de Segurança nacional de 1969,

aprendendo com eles sobre a ideologia da esquerda revolucionária em sua crítica ao Estado ditatorial, à burguesia e ao capitalismo (18).

Além disto, conheceram táticas paramilitares e passaram a se organizar em falanges (36), coletivos prisionais que protegiam os presos da brutalidade da administração do sistema prisional e que depois se transformariam nas facções criminais que conhecemos hoje (13). Isto porque os “presos políticos” organizaram-se para reivindicar direitos violados, sendo seguidos pelos “comuns”. Alguns destes consideravam-se de esquerda, designando-se como "Falange Vermelha" e, depois, pela imprensa, como "Comando Vermelho". Em 1979 apenas os “presos políticos” foram beneficiados com a libertação pela Lei de Anistia, gerando revolta entre os “presos comuns” do coletivo, por considerarem-se abandonados pelos companheiros (15). Assim, estas facções resultam da interação entre presos “políticos” e “comuns”, que articularam-se para exigir direitos negados pelos militares (17). Por um erro de cálculo do Estado, a transferência dos presos comuns do Comando Vermelho para outros presídios na tentativa de desarticular o grupo, ampliou a atuação das facções (36).

Alguns estudos identificam o surgimento do CV neste contexto (13,15,17–19,36), enquanto outro afirma que o Terceiro Comando (TC) e a Amigos dos Amigos (A.D.A.) também teriam surgido no período (19). Outro deles inclui o Terceiro Comando Puro (TCP) na lista dos grupos surgidos nesta época (17).

Enquanto um dos estudos afirma que as facções surgem junto com a chegada do comércio de cocaína em larga escala à cidade do Rio (19), outros entendem que os princípios revolucionários que deram origem às primeiras facções no contexto ditatorial depois se deterioraram, e só então estes grupos se concentraram no controle da venda de drogas e do uso da violência nas favelas (13,17,18,36). Junto a isto, surge uma rede própria de crenças, costumes, valores, símbolos, linguagem, códigos e leis, sustentada

simbolicamente pelas figuras de importantes líderes de facção (18). Assim, após ganhar adeptos fora do sistema prisional, o Comando Vermelho passou a integrar o repertório cultural de toda uma geração nascida e socializada em favelas (15).

O estudo que diverge dos demais identifica um mito de origem do Comando Vermelho: na década de 1980 nas favelas havia anarquia na forma de pequenas gangues que lutavam entre si. Quando o CV começa a consolidar seu comando, passa a incorporar ou expulsar outras gangues e punir pessoas por quebrar suas regras, dando novos contornos à organização da criminalidade local. Neste estudo, portanto, não é mencionada a origem prisional da facção, apenas sua chegada às favelas cariocas na década de 1980 (35).

Evolução das facções cariocas e transformações no tráfico

As facções criminais do Rio de Janeiro nem sempre estiveram associadas ao tráfico de drogas, tendo nos roubos a banco suas primeiras atividades para financiamento (14,20).

EVOLUÇÃO DAS FACÇÕES CARIOCAS E TRANSFORMAÇÕES NO TRÁFICO			
Título/Revista	Autor e ano	Como as facções são descritas?	Como a história das facções aparece?
As facções cariocas em perspectiva comparativa/ Novos Estudos CEBRAP	Benjamin Lessing (2008)	Facções (foco em organização de tráfico)	O tráfico no Rio apresenta alto nível de concentração. As forças fragmentárias que atuam em outras cidades são neutralizadas por arranjos forjados pelas facções cariocas. Este equilíbrio único foi alcançado pelo domínio que as facções do Rio conseguiram estabelecer no sistema prisional, desde antes de sua expansão para o tráfico
As guerras do Rio: mídia, favela e militarização do cotidiano/ Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	Carla Baiense Félix (2017)	Tráfico de drogas de varejo; traficante; Inimigos; bandidos; crime organizado	A chegada do comércio de cocaína à cidade produziu uma nova dinâmica de funcionamento do tráfico, baseada na venda a varejo nas favelas e no uso da força para defesa dos territórios. Isto contribuiu para dar uma nova forma de visibilidade (associada à violência) à favela nos noticiários

<p>Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro/ Revista de Saúde Pública</p>	<p>Christovam Barcellos; Alba Zaluar (2014)</p>	<p>Facções criminosas; tráfico de drogas armado</p>	<p>As disputas territoriais estão alterando a configuração espacial do tráfico no Rio de Janeiro. As zonas de conflito, ou onde há uma proximidade entre facções criminosas rivais, apresentam maiores taxas de homicídio</p>
<p>“Nas Viradas da Vida: jovens que romperam com o mercado do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro”/ Tese de Doutorado em Saúde Pública</p>	<p>Zilah Vieira Meirelles (2008)</p>	<p>Tráfico de drogas; crime organizado; facções marginais</p>	<p>Na década de 1970 as drogas ilegais passam a ser vendidas em larga escala no Brasil, surgindo o “traficante de drogas”. O tráfico de cocaína tornou-se mais lucrativo do que os assaltos a bancos, até então a atividade criminal com maior retorno financeiro. A corrupção policial contribuiu para o aumento das proporções do tráfico</p>
<p>Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro/ Ciência e Saúde Coletiva</p>	<p>Zilah Vieira Meirelles; Carlos Minayo Gomez (2009)</p>	<p>Tráfico de drogas</p>	<p>Em meados da década de noventa, os jovens de classe média também começaram a atuar no tráfico e este deixou de ser exclusivo dos pobres, negros e “favelados”. Com o tempo, o encantamento que atraiu o jovem desaparece por traição, punição e medo. A saída está ligada ao questionamento deste trabalho e à busca aspirações, além do desgaste físico e emocional ocasionado pelos constantes conflitos armados.</p>
<p>Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro - Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro/ Tempo Social</p>	<p>Daniel Veloso Hirata; Carolina Christoph Grillo (2017)</p>	<p>Comandos; facções; crime organizado; criminalidade organizada; movimento; coletivos que realizam a venda de drogas em escala varejista</p>	<p>Comando Vermelho, que inaugura uma nova maneira de se organizar nas prisões, surge em 1975. PCC surge em 1993. Ambos levam um tempo para exercer influência nos mercados ilegais em bairros populares</p>
<p>Domínios armados e seus governos criminais - uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”/ Estudos Avançados</p>	<p>Jacqueline de Oliveira Muniz; Camila Nunes Dias (2022)</p>	<p>Facções; arranjo criminoso; crime; tráfico; domínios armados; governo criminal; governança criminal</p>	<p>As milícias surgem com o discurso de que tinham por objetivo combater o tráfico em zonas pobres. A recente criação do Complexo de Israel, comandado pelo traficante Peixão que se autodenomina Arão e que unificou as comunidades Cinco Bocas, Pica-Pau, Cidade Alta, Vigário Geral e Parada de Lucas, é um domínio armado de milicianos, traficantes e policiais sob a benção de alguns pastores evangélicos, afirmando sua hegemonia como governo criminal por meios violentos</p>
<p>Narcotráfico y economía ilícita: las redes del crimen organizado en Rio de Janeiro/ Revista Mexicana de Sociología</p>	<p>Rosinaldo Silva de Sousa (2004)</p>	<p>Organizações criminosas; crime organizado; tráfico de drogas (foco no tráfico como economia ilícita); comandos; facções; bandos, gangues</p>	<p>No Rio, os “comandos” uniram pequenas gangues. O Comando Vermelho ganhou novos adeptos no tráfico no início dos anos 1990: o Terceiro Comando, uma espécie de dissidência que mais tarde se tornou o Terceiro Comando Jovem e os Amigos dos Amigos. Década de 80: período de crescimento do tráfico na cidade: “fase de acumulação primitiva” do mercado ilícito no Rio de Janeiro</p>

Quadro 3. Artigos que abordaram a evolução das facções cariocas e consequentes transformações no tráfico. Elaboração própria.

No período em que as drogas ilegais chegaram em larga escala no Brasil, o tráfico de cocaína tornou-se mais lucrativo do que os assaltos a bancos, até então a atividade criminal com maior retorno financeiro para as facções. Além da alta lucratividade do negócio da cocaína, a corrupção policial contribuiu para o aumento das proporções do tráfico, permitindo a continuidade e sucessivas adaptações desta atividade (20).

Com esta expansão das facções do sistema prisional para as ruas e a substituição de sua atividade principal dos roubos para o tráfico, houve uma transformação da criminalidade local que, em lugar de ser praticada por pequenas gangues pulverizadas, passa a ser regida por uma lógica faccional agregadora e que faz uso da força para defesa de seus territórios (12,33). Esta forma de defesa territorial armada contribuiu para dar uma nova forma de visibilidade, associada à violência, à favela nos noticiários (33).

Tanto o CV como o PCC atuam inicialmente nos presídios e levam um tempo para exercer influência nos mercados ilegais em bairros populares, mas acabam por estabelecer no tráfico sua fonte de recursos econômicos para a reprodução de suas estruturas organizacionais. Tanto as rebeliões de 2001 ocorridas no sistema penitenciário carioca como os ataques públicos promovidos pelo PCC em 2006 foram motivados por decisões da administração penitenciária sobre a alocação de lideranças faccionais (14), demonstrando a força e os reflexos das facções na vida social em geral, para além do sistema prisional.

Apesar destes pontos semelhantes, o tráfico de drogas no Rio se diferencia dos demais estados por apresentar um alto nível de concentração nas facções. Estas têm sido capazes de neutralizar as forças fragmentárias que atuam em outras cidades, num equilíbrio único alcançado através do domínio que as facções do Rio conseguiram estabelecer no interior do sistema prisional, desde antes de sua expansão para o mercado de drogas (12). Assim,

o fato de as facções cariocas terem se estabelecido antes no sistema prisional é um fator de importância para que elas alcançassem o nível de concentração e domínio do tráfico que possuem no âmbito do estado.

Um dos estudos propõe ter havido uma “*fase de acumulación primitiva*” (p. 158) do mercado ilícito no Rio de Janeiro nos anos 1980. Esta época foi marcada por níveis intensos de violência, que teria diminuído significativamente após uma certa territorialização promovida pelas facções no início dos anos 1990. Neste período, surgem o “Terceiro Comando” (TC), uma espécie de dissidência que mais tarde se tornou o “Terceiro Comando Jovem” e os “Amigos dos Amigos” (ADA) (16). Neste ponto, faço uma correção ao texto do autor, que parece ter confundido os nomes de duas facções diferentes, o “Comando Vermelho Jovem (CVJ)” - que foi um fracionamento interno ao Comando Vermelho ocorrido por uma divergência tática ao final dos anos 1990 – e o “Terceiro Comando Puro (TCP)”, uma nova facção fundada a partir de uma dissidência ocorrida na Aliança TC-ADA em 2002. A existência do CVJ e o surgimento do TCP são abordadas em obras importantes sobre o tema (39,40).

Outro estudo parece discordar desta redução nos níveis de violência, verificando que as disputas territoriais estão alterando a configuração espacial do tráfico no Rio de Janeiro, o que têm consequências importantes sobre o homicídio. As zonas de conflito, ou onde há uma proximidade entre facções criminosas rivais, apresentam maiores taxas deste crime (32).

Este é um dos fatores envolvidos, inclusive, na decisão de saída do tráfico por alguns jovens. Conforme sua trajetória da atividade vai se desenrolando, o encantamento que o atraiu inicialmente desaparece após experiências de traição, punição e medo. Sua saída do tráfico está ligada ao questionamento deste trabalho e à busca aspirações, além do desgaste físico e emocional ocasionado pelos constantes conflitos armados (21).

Outro estudo, analisando transformações recentes ligadas ao TCP e incluindo as milícias em sua análise, afirma que estas surgiram com o discurso de que tinham por objetivo combater o tráfico em zonas pobres. No entanto, a recente criação do Complexo de Israel, comandado pelo traficante Peixão do TCP, que se autodenomina Arão e que unificou as comunidades Cinco Bocas, Pica-Pau, Cidade Alta, Vigário Geral e Parada de Lucas, é um domínio armado de milicianos, traficantes e policiais sob a benção de alguns pastores evangélicos, afirmando sua hegemonia como governo criminal por meios violentos (37).

História da “cultura de facção”

Os estudos desta categoria identificam como a chegada de uma facção a um local é capaz de estabelecer uma “cultura de facção”, - a qual um dos autores denomina “narcocultura”: “*narcoculture*” (p. 137) -, seja por imposições forçadas ou pelo compartilhamento de códigos cotidianos, relações íntimas ou criação de manifestações artísticas.

A HISTÓRIA DA CULTURA DE FACÇÃO			
Título/ Revista	Autor e ano	Como as facções são descritas?	Como a história das facções aparece?
O se-movimentar de alunos na aula de educação física em uma favela conflagrada pelo tráfico/ Movimento	Leonardo Carmo Santos; Carlos Alberto F. da Silva (2019)	Tráfico; facções;	As facções que efetuam o tráfico de entorpecentes estabeleceram suas características e arraigaram suas culturas com base no domínio de territórios
The Bastard Child of the Dictatorship: The Comando Vermelho and the Birth of “Narco-Culture” in Rio de Janeiro/ Revista Luso-Brasileira	Ben Penglase (2008)	<i>Drug trafficking groups; illicit criminal organizations</i> ; pessoal, amigos, o homem, os caras	O Comando Vermelho aproveitou-se das contradições sociais existentes e utilizou seu conhecimento da cultura local para criar uma “narcocultura” que tem um impacto profundo na vida cotidiana dos moradores das favelas do Rio. Suas manifestações artísticas ultrapassam o território nacional
Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular/ Revista de Antropologia	Patrícia Birman; Camila Pierobon (2021)	Jovens traficantes; tráfico; crime; facção de tráfico de drogas.	Após a invasão de uma comunidade em 2011, por uma facção de tráfico, definiu-se um novo regime político local de obediência estrita aos membros do tráfico. Crime, território e violência se embebem nas relações de família e vizinhança. A guerra é forjada na intimidade das relações e perpetua relações de gênero

<i>Metropolitan deconcentration, socio-political fragmentation and extended suburbanisation: Brazilian urbanisation in the 1980s and 1990s/</i> Geoforum	Marcelo Lopes de Souza (2001)	<i>Drug-trafficking organisations;</i> comandos.	A partir dos anos 1980 as favelas começam a se tornar mais “fechadas”, tendo o trânsito de pessoas regulado pelos comandos (facções), que restringem a entrada de moradores de áreas de rivais, o que afeta a mobilidade de moradores de favelas
---	-------------------------------	---	--

Quadro 4. Artigos que abordaram a história da cultura de facção. Elaboração própria.

A partir dos anos 1980, com a chegada das facções às ruas, as favelas começaram a se tornar mais “fechadas”, tendo o trânsito de pessoas regulado pelos comandos, que restringiram a entrada de moradores de áreas de rivais, o que afetou a mobilidade de moradores de favelas (30).

Um dos estudos aborda a realidade de uma localidade que foi invadida por uma facção criminal e, a partir de então, passou a ter um dono. Definiu-se um novo regime político local em que os moradores tanto do local como das favelas nos arredores passaram a dever obediência estrita aos membros do tráfico. Neste contexto, crime, território e violência se eram alimentados pelas relações de família e vizinhança. Os conflitos e disputas violentos que ocorriam, apesar de parecerem se referir apenas aos negócios do tráfico, eram forjados na intimidade das relações e perpetuavam relações de gênero (24).

Na mesma linha, outro dos estudos afirma, a partir de Dowdney (2003), que as facções estabeleceram suas características com base no domínio de territórios e por estarem nas favelas há mais de trinta anos, arraigaram suas culturas sem sofrer grande resistência (22). Neste sentido, o Comando Vermelho aproveitou-se das contradições sociais existentes e utilizou seu conhecimento da cultura local para criar uma “narcocultura” que tem um impacto profundo na vida cotidiana dos moradores das favelas do Rio e cujas manifestações artísticas ultrapassam o território nacional (34).

Assim, apesar de o estabelecimento de uma facção em um determinado território se dar, geralmente, de maneira forçada e implicar em restrições e mandamentos para a vida dos

moradores, não é possível afirmar que o estabelecimento de uma “cultura de facção” se dê de forma imposta. Pelo contrário, as facções adentram as culturas locais, compartilham das contradições sociais existentes, relações familiares e de gênero e, talvez por isso mesmo, são protagonistas no desenvolvimento de uma forma de cultura que introduz novos elementos - como códigos de conduta, símbolos e manifestações artísticas – mas que não é isolada das culturas locais nas quais está inserida.

Relação facções-Estado

Os estudos desta categoria trouxeram dados acerca de diversos tipos de relação entre facções e a administração estatal, desde alterações legislativas para regulamentar o cumprimento de pena por acusados de chefiar facções criminais nos presídios até as políticas de segurança pública aplicadas nas favelas para – supostamente – combater as facções. Foram discutidos, também, os efeitos da atuação incorreta e da corrupção policial na trajetória das facções.

RELAÇÃO FACÇÕES-ESTADO			
Título/ Revista	Autor e ano	Como as facções são descritas?	Como a história das facções aparece?
"This is Iraq. People are afraid". Resistance and mobilization in the Maré favelas (Rio de Janeiro)/ Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology	Otávio Raposo (2014)	<i>Gangs; drug trafficking factions</i>	Conflitos entre TCP e ADA na Maré em 2009. Os membros da ADA refugiam-se em outros territórios. Para muitos moradores, a ação policial não foi neutra e não confrontou ambas as partes envolvidas, apoiando o TCP. Auxiliada pelo Caveirão, alterou o equilíbrio de poder e desencadeou os conflitos armados que se seguiram
Trajетórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas/ Trivium	Silvia Ramos (2011)	Traficantes; tráfico de drogas; facções; facções criminais; crime organizado; grupos criminosos; grupos armados do tráfico	Com o surgimento das UPPs, em 2009, a crise do tráfico se acentuou. As duas maiores facções da cidade sofreram fortes abalos. A saída de jovens do tráfico tende a se intensificar na cidade, seja porque o negócio das drogas se tornou pouco lucrativo e perigoso, seja pela desestruturação gerada pelas UPPs nos grupos de tráfico

Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro/ Rev. Bras. Ciências Sociais	Carla dos Santos Mattos (2016)	Façções; facções criminosas	Anos 1990: transição do emblema “persona” para o emblema “fação”. Não se observa ausência de Estado nem desordem. “Governos locais” e governos externos, entre facções rivais, incursões policiais e políticas de segurança pública, são partes integrantes de um mesmo ordenamento
A política do cárcere duro: Bangu 1/ São Paulo em Perspectiva	Cesar Caldeira (2004)	Façções criminosas.	A megarrebelião do PCC em São Paulo, em 2001, trouxe reforço policial para os presídios do RJ. O assassinato de Tim Lopes repercutiu na opinião pública e governamental. O presidente FHC elevou o "crime organizado" a inimigo nº 1 do país. Em 2002, a megarrebelião em Bangu I gera a aplicação do RDES. Período de união entre CV e PCC. Criação do RDSM. Em resistência a essas políticas, ocorreram greve de fome, depredações e paralisações na cidade do Rio de Janeiro em 2002 e 2003, realizadas pelo CV
Beyond pacification. Competition state-making in Rio's favelas/ Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad	Esteban Arratia Sandoval (2017)	<i>Gangster warlords</i> (Ioan Grillo, 2016); Atores Armados Não Estatais (ANSA's) (Vanda Felbab-Brown); grupos criminosos; organizações criminosas; gangues criminosas; facções criminosas	A ausência do Estado nas <i>favelas</i> gerou vácuos de poder que os criminosos cobriram oportunisticamente para controlar e desenvolver suas operações quando o tráfico de drogas em larga escala decolou no país. Comando Vermelho surgiu no final dos anos 70 com o objetivo de monopolizar o tráfico de drogas carioca. Nos anos 80, nasceu o Terceiro Comando, disputando violentamente territórios com o CV, iniciando assim uma corrida armamentista entre os dois comandos. Nos anos 90, surgiu uma dissidência que entrou em conflito com ambas: Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP). UPP: embora o programa tenha começado a funcionar com sucesso, o tráfico era forte o suficiente para continuar operando
En el territorio del enemigo: las Unidades de Policía de Pacificación (UPP) en una favela de Río de Janeiro, Brasil/ Antípoda	Giuseppe Ricotta (2017)	Facciones; grupos criminales o "facciones" dedicados al tráfico ilegal de sustancias estupefacientes	Os novos modelos de polícia são ambiciosos e têm produzido redução dos confrontos, mas não abordam aspectos estruturais da violência no Rio e ainda estão permeados pela noção de inimigo interno
Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas” / Tempo Social	Palloma Valle Menezes (2018)	Jovens que atuam no comércio varejista de drogas ilegais	Nas áreas estudadas, houve enfraquecimento do tráfico com a chegada da UPP. Em seguida, houve adaptação dos traficantes e retomada do tráfico. A dinâmica da vigilância tornou-se central na gestão dos ilegalismos, por policiais e traficantes. A propina e o confronto continuam sendo utilizados

Quadro 5. Artigos que abordaram a relação entre as facções e o Estado. Elaboração própria.

Logo de início, destaca-se uma divergência central no posicionamento dos autores acerca do estabelecimento das facções nas comunidades. Uma linha de entendimento argumenta que as facções criminais ocupam vácuos de poder ou de ausência do Estado, entendendo

que apenas um deles pode estar à frente do comando local (25,26). Em sentido oposto, outros autores identificam que não há ausência estatal ou exercício de poder excludente – ou as facções ou o Estado comandam os territórios – mas que o comando faccional é exercido justamente na relação com o Estado, sendo estes dois agentes partes integrantes de um mesmo ordenamento social (23,27,31).

Um dos estudos desta segunda linha interpretativa identificou que, durante os anos 1990, com o estabelecimento faccional nas comunidades, observou-se uma transição do emblema “persona” para o emblema “facção”, ou seja, passa-se de uma lógica de comando individual para o comando das facções, sem que isto implicasse em desordem, mas sim o estabelecimento de “governos locais” que operavam através de algum nível de relacionamento com agentes e políticas estatais (27). Outro deles, ao discutir os intensos conflitos ocorridos entre a A.D.A. e o TCP na Maré em 2009, que culminaram com a expulsão da ADA para outros territórios, colhem relatos de moradores locais que apontam o envolvimento policial na dinâmica ocorrida. Para muitos deles, a ação policial não foi neutra e não confrontou ambas as partes envolvidas, apoiando o TCP. Assim, ao invés de se impor como uma força contrária a ambas facções enquanto um agente estatal obviamente imparcial, a polícia, auxiliada pelo Caveirão, alterou o equilíbrio de poder e desencadeou os terríveis conflitos armados que se seguiram (23).

Além disto, as políticas e decisões estatais causam consequências no funcionamento das facções, obrigando-as a se adaptar para continuar operando, assim como as ações dos membros das facções afetam diversos níveis da vida social, pressionando o poder estatal a atender a suas reivindicações ou tomar outras providências (28).

Ilustrando esta dinâmica está o estudo de Cesar Caldeira, que analisou “a política de cárcere duro” (p. 87), ou seja, a criação e a aplicação do Regime Disciplinar Especial de Segurança (RDES) no Presídio Bangu 1, no Rio de Janeiro, operada pelos governos para

recrudescer os regimes de execução penal nos casos de condenados por chefiar ou integrar facções criminais ou transgredirem gravemente os ordenamentos penitenciários(28).

Fatores como a megarrebelião operada pelo PCC em São Paulo, em 2001 e rumores de que o PCC estava formando uma coligação com o Comando Vermelho para começar a fazer 'atos terroristas' para obrigar o governo a melhorar a situação dos detentos fizeram com que as autoridades providenciassem um reforço policial para fazer a segurança em volta dos presídios do Estado do RJ. Em 2022, o assassinato de Tim Lopes também repercutiu na opinião pública e nas perspectivas das autoridades governamentais, fazendo com que o presidente FHC elevasse o "crime organizado" a inimigo número 1 do país. Neste ano, uma outra megarrebelião, desta vez em Bangu I, gera a aplicação do RDES, aos moldes do semelhante Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) de São Paulo(28).

Neste período, de fato ocorre uma união entre CV e PCC. Após uma série de recrudescimentos no regime, retirada de regalias e transferência de Fernandinho Beira-Mar, sempre seguidas de protestos violentos e atentados pelo Comando Vermelho na cidade, o Estado cria o novo Regime Disciplinar de Segurança Máxima (RDSM). Em resistência a essas políticas, ocorreram greve de fome, depredações e paralisações na cidade do Rio de Janeiro em 2002 e 2003, realizadas pelo CV(28).

Conforme analisa o autor, o significado da “Greve dos 10 mil” (p. 96) talvez esteja na tática de reconstrução da identidade dos guerreiros da facção, revoltados pelas "injustiças" (p. 96) do sistema penitenciário que não funciona de acordo com as leis do Estado, retomando uma tradição histórica desde sua origem no Presídio da Ilha Grande. (28). Desta forma, fica evidenciado o quanto as políticas estatais de redução de direitos e recrudescimento penal geram mais revolta e revide por parte dos faccionados, piorando os efeitos violentos de sua atuação sofridos pela população.

Outra política analisada pelos estudos foi a de pacificação das favelas cariocas. Também foi verificada divergência importante entre os autores quanto à análise de efetividade da política para o combate ao tráfico de drogas. Para alguns, a presença das UPP's nas comunidades seria responsável por uma desestruturação nas facções, a qual teria gerado um processo de “saída” dos jovens das facções que tenderia a se acentuar nos anos seguintes(26). Outros estudos, já identificavam que, apesar de um enfraquecimento inicial que a presença policial nas comunidades teria gerado no tráfico, em períodos seguintes as facções foram capazes de se adaptar e manter ou até fortalecer suas atividades comerciais, de maneira que as lógicas de confronto ou de suborno entre facções e polícia passaram a fazer parte do cotidiano deste exercício de poder por facções e Estado (23,31). Por último, há ainda os que parecem acreditar no potencial desta política, mas identificam desafios a serem superados para sua plena operacionalização (25,29).

O trabalho que sustenta a primeira linha de entendimento afirma que a entrada das UPPs nas favelas em 2009 teria acentuado uma crise do tráfico, gerando forte abalo nas duas maiores facções da cidade. Os processos de “saída” de jovens do tráfico tendem a se intensificar na cidade, seja porque o negócio das drogas havia se tornado pouco lucrativo e perigoso, seja porque as favelas foram ocupadas por UPPs, gerando desestruturação nos grupos de tráfico(26).

Já um dos trabalhos que segue a segunda linha de entendimento observou que nas áreas estudadas, houve um enfraquecimento do tráfico com a chegada da UPP. Em seguida, houve adaptação dos traficantes e retomada do tráfico. A dinâmica da vigilância tornou-se central na gestão dos ilegalismos, por policiais e traficantes. A propina e o confronto continuaram sendo utilizados(31). Outro deles encontrou uma realidade em que, apesar de reduzir os níveis de violência inicialmente, a política de pacificação não impediu a retomada do tráfico pelas facções, pelo contrário, intensificou conflitos entre grupos

rivais. O uso intenso da violência policial e do caveirão na comunidade gerou protestos dos moradores locais contra estas incursões violentas e exigindo respeito à sua condição de cidadãos(23).

Entre os que sustentam a terceira linha de entendimento está um que entende que os novos modelos de polícia de pacificação são ambiciosos e têm produzido redução dos confrontos, mas não abordam aspectos estruturais da violência no Rio, o que seria uma barreira para o enfrentamento efetivo deste problema. Outra questão apontada é a permanência da noção de “inimigo interno” na representação que os policiais das unidades pacificadoras faziam dos moradores de favelas, o que constituiria em um entrave para a efetividade da política das UPPs (29). Outro deles, que resume a criação do CV, TC, ADA e TCP ao objetivo de monopolizar o tráfico de drogas, ao analisar o projeto das UPPs encara-o como um projeto inovador, que fracassou porque foi realizado como uma iniciativa de um segmento minoritário da Polícia Militar do Rio de Janeiro sem apoio político e institucional, o que resultou em um processo de degradação que impossibilitou sua continuidade e efetividade (25).

A partir do que viemos discutindo, foi possível perceber que a história das facções criminais cariocas não foi o tema principal das publicações encontradas, sendo abordada, geralmente, de maneira breve com o objetivo de contextualizar algum evento recente discutido nos estudos.

Além disto, é possível sintetizar que a história das facções criminais do Rio de Janeiro foi abordada pelas publicações científicas de maneiras diferentes: a) quanto ao modo de conceituá-las; b) quanto aos aspectos de sua história que são abordados e como são interpretados em cada um dos estudos.

As maneiras de conceituá-las variaram desde as que enfatizavam seu caráter criminal e a atividade do tráfico, as que destacavam o caráter cultural das facções, identificando a

existência de uma “cultura de comando”, as que identificavam uma dimensão de governança exercida pelas facções, e as que evidenciavam o caráter político ou de resistência travado através das facções. Diversos dos estudos adotaram simultaneamente mais de uma destas linhas de entendimento, o que é pode ser entendido como uma evidência de que as facções são complexas e multifacetadas.

Quanto à abordagem da história das facções, alguns trabalhos trouxeram dados sobre a origem das facções cariocas, outros sobre a evolução destas facções e as consequências geradas para o mercado do tráfico, outros sobre o surgimento de uma cultura de facção e houve ainda os que trataram da relação entre as facções e o Estado, na forma de suas políticas ou agentes.

DISCUSSÃO

Como visto, os estudos selecionados adotam diferentes maneiras de conceituar as facções criminais e de contar sua história. Este dado segue a tendência da literatura mais ampla sobre o tema, sobretudo na área jornalística, a qual se destaca em termos de publicações relevantes e conhecidas que contam tal história.

Desta forma, assim como os estudos selecionados nesta revisão, na literatura mais ampla os trabalhos que conceituam as facções criminais cariocas como meros grupos de tráfico formam uma tendência(39,41–43). Os que entendem facção como cultura, seja ela uma cultura prisional ou mais ampla, formam outra tendência(34,44), alguns destes trabalhos destacando o caráter de resistência política que tem a cultura faccional(34,40,44–46). Já o caráter de governança exercido pelas facções foi observado nas publicações que definiam as facções como instituições(47,48).

Quanto aos aspectos históricos abordados no material selecionado, tratar da origem das facções cariocas(44,45,49); de sua evolução e transformações no tráfico(42,43); do

surgimento de uma cultura de facção(34,40,44–46) ou da relação facções-Estado(45,50) também foram tendências observadas na literatura mais ampla. Estas publicações, no entanto, o fizeram de maneira mais aprofundada, dando mais importância ao conhecimento da história das facções para compreendê-las.

Seja nas publicações selecionadas na revisão ou na literatura mais abrangente, as facções criminais aparecem enquanto um fenômeno surgido e mantido a partir de ações do próprio Estado. A edição da Lei de Segurança Nacional na Ditadura e as péssimas condições carcerárias foram cruciais para o surgimento das primeiras facções no estado. Já a criação de políticas mais recentes, como a das Unidades de Polícia Pacificadora ou os regimes penitenciários especiais aplicados a membros de facções, não só falharam em impedir o tráfico como geraram consequências desastrosas na forma de homicídios praticados por policiais como de ataques coordenados pelas facções em protesto ao recrudescimento penal. Como se pode observar, o Estado aplica “soluções” violentas e ineficazes para os problemas que ele mesmo cria.

CONCLUSÕES

A partir da discussão realizada, pode-se depreender que abordar a história das facções criminais de maneira pontual é prejudicial para a construção de conhecimento sobre elas e seus fatores de origem, além de dificultar a identificação de tendências futuras. Além disto, apenas conhecendo a história destes grupos é que se pode construir uma visão crítica acerca das ações estatais que vêm sendo aplicadas para lidar com eles. Diante disto, sugere-se aos estudos científicos futuros sobre o tema o empenho de esforços para adotar uma perspectiva histórica, que tanto pode contribuir para o conhecimento sobre nosso

objeto de estudo, bem como auxiliar no planejamento de políticas públicas mais eficazes e responsáveis socialmente para lidar com a questão das facções criminais.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

	Thaíssa Oliveira	Adriano Silva	Patrícia Constantino
Conceitualização	Principal		
Curadoria de dados	Igualitário	Igualitário	Igualitário
Análise formal	Principal		
Aquisição de financiamentos	Igualitário	Igualitário	Igualitário
Investigação	Principal		
Metodologia	Igualitário	Igualitário	Igualitário
Administração do projeto	Principal		
Recursos	Igualitário	Igualitário	Igualitário
Software	Igualitário	Igualitário	Igualitário
Supervisão			Igualitário
Validação			Principal
Visualização	Igualitário	Igualitário	Igualitário
Escrita – esboço original	Principal		
Escrita – revisão e edição		Principal	Principal

Adaptado de CRediT- NISO.

FINANCIAMENTO

Esta revisão de escopo foi realizada durante o processo de doutoramento da primeira autora, cuja pesquisa recebeu financiamento através de bolsa de estudos concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj).

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses referentes a este manuscrito.

REFERÊNCIAS

1. Daniel Hirata, Maria Isabel Couto. Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense (UFF); 2022 set.
2. Duda Cambraia. Comando Vermelho passa milícias em domínio no Rio de Janeiro em 2023, diz pesquisa. CNN Brasil [Internet]. 15 de abril de 2024; Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/comando-vermelho-passa-milicias-em-dominio-no-rio-de-janeiro-em-2023-diz-pesquisa/#:~:text=pesquisa%20%7C%20CNN%20Brasil-,Comando%20Vermelho%20passa%20mil%C3%ADcias%20em%20dom%C3%ADnio%20no,Ja-neiro%20em%202023%2C%20diz%20pesquisa&text=Em%202023%2C%20o%20Comando%20Vermelho,alta%20de%208%2C4%25>.
3. Costa VC, Baptista TW de F, Cunha MB da. O SUS em territórios vulnerabilizados: reflexões sobre violência, sofrimento mental e invisibilidades nas favelas do Rio de Janeiro. Saúde Debate. dezembro de 2022;46(135):974–86.
4. Costa VC, Cunha MB da. O crack em Manguinhos: a experiência de agentes sociais do território. Saúde Debate. 2019;43(spe8):25–35.
5. Sawaya AL, Albuquerque MP de, Domene SMÁ. Violência em favelas e saúde. Estud Av. 2018;32(93):243–50.
6. Leite C do N. Trabalhando no território: violência relacionada ao trabalho da equipe de saúde da Estratégia de Saúde da Família. 2018;114–114.
7. Broch D, Riquinho DL, Vieira LB, Ramos AR, Gasparin VA. Social determinants of health and community health agent work. Rev Esc Enferm USP. 2020;54:e03558–e03558.
8. Ferreira JT, Engstrom EM. Estigma, medo e perigo: representações sociais de usuários e/ou traficantes de drogas acometidos por tuberculose e profissionais de saúde na atenção básica. Saúde Soc. dezembro de 2017;26(4):1015–25.
9. Vinícius Veloso. MC Poze do Rodo relembra prisão: “Não é uma marca maneira para mim”. Portal Metrôpoles [Internet]. 27 de maio de 2023; Disponível em: <https://www.metropoles.com/celebridades/mc-poze-do-rodo-relembra-prisao-nao-e-uma-marca-maneira-para-mim>
10. Suelen Bastos. DJ Rennan da Penha é absolvido da acusação de associação ao tráfico de drogas pelo STJ. Portal de Notícias G1 [Internet]. 2 de junho de 2023; Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/02/dj-rennan-da-penha-e-absolvido-da-acusacao-de-associacao-ao-traffic-de-drogas-pelo-stj.ghtml>

11. Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Ann Intern Med.* 2 de outubro de 2018;169(7):467–73.
12. Lessing B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos Estud CEBRAP.* 2008;(80):43–62.
13. Reuter P, Paoli L. How Similar Are Modern Criminal Syndicates to Traditional Mafias? *Organ CRIME MAFIAS Mark Netw VOL 49.* 2020;49:223–87.
14. Hirata DV, Grillo CC. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Soc.* maio de 2017;29(2):75–98.
15. Misse M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Rev Sociol E Política.* outubro de 2011;19(40):13–25.
16. Sousa RS de. Narcotráfico y economía ilícita: las redes del crimen organizado en Río de Janeiro. *Rev Mex Sociol.* março de 2004;66(1):141–92.
17. Lins IN, Machado CAM. O crime é político: elementos teóricos para uma análise neoinstitucionalista das milícias no Rio de Janeiro. *Rev Bras Ciênc Política.* 2023;(42).
18. Huguet CR. Adolescentes pobres e o tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro: aproximação sociológica e psicanalítica ao problema. 2005;ix,349-ix,349.
19. Carvalho L, Soares R. Living on the edge: Youth entry, career and exit in drug-selling gangs. *J Econ Behav Organ.* janeiro de 2016;121:77–98.
20. Meirelles ZV. Nas viradas da vida: jovens que romperam com o mercado do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. 2008;235–235.
21. Meirelles ZV, Minayo Gomez C. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. *Ciênc Saúde Colet Impr.* dezembro de 2009;14(5):1797–805.
22. Santos LC, Silva CAF da. O se-movimentar de alunos na aula de educação física em uma favela conflagrada pelo tráfico. *Movimento.* 2019;25.
23. Raposo O. “This is Iraq. People are afraid”. Resistance and mobilization in the Maré favelas (Rio de Janeiro). *Vibrant Virtual Braz Anthropol.* junho de 2014;11(1):11–49.
24. Birman P, Pierobon C. Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular. *Rev Antropol.* 2021;64(2).
25. Arratia Sandoval E. Beyond pacification. Competition state-making in Rio’s favelas. *Rev Relac Int Estrateg Segur.* julho de 2017;12(2):231–65.
26. Ramos S. Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. *Trivium Rio J Online.* dezembro de 2011;3(2):41–57.

27. Mattos C dos S. Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de Janeiro. *Rev Bras Ciênc Sociais*. 2016;31(91).
28. Caldeira C. A política do cárcere duro: Bangu 1. *São Paulo Em Perspect*. março de 2004;18(1):87–102.
29. Ricotta G. En el territorio del enemigo: las Unidades de Policía de Pacificación (UPP) en una favela de Río de Janeiro, Brasil. *Antípoda Rev Antropol Arqueol*. setembro de 2017;(29):63–79.
30. de Souza M. Metropolitan deconcentration, socio-political fragmentation and extended suburbanisation: Brazilian urbanisation in the 1980s and 1990s. *Geoforum*. novembro de 2001;32(4):437–47.
31. Menezes PV. Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. *Tempo Soc*. dezembro de 2018;30(3):191–216.
32. Barcellos C, Zaluar A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Rev Saúde Pública*. 2014;48(1):94–102.
33. Felix CB. As guerras do Rio: mídia, favela e militarização do cotidiano. *RECIIS Online*. julho de 2017;11(3):1–12.
34. Penglase B. The Bastard Child of the Dictatorship: *The Comando Vermelho and the Birth of “Narco-culture” in Rio de Janeiro*. *LUSO-Braz Rev*. 2008;45(1):118–45.
35. Savell S. The right to public security Policing and activism in a Rio de Janeiro favela. *Am Ethnol*. novembro de 2021;48(4):418–31.
36. Ramos da Cruz C, Ucko DH. Beyond the Unidades de Polícia Pacificadora: Countering Comando Vermelho’s Criminal Insurgency. *Small Wars Insur*. 2018;29(1):38–67.
37. Muniz J de O, Dias CN. Domínios armados e seus governos criminais - uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”. *Estud Av*. agosto de 2022;36(105):131–52.
38. Feltran G de S. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo, SP: Companhia Das Letras; 2018. 318 p.
39. Amorim C. *CV-PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Editora Record; 2006. 470 p.
40. Barcellos C. *Abusado: o dono do Morro Dona Marta*. Rio de Janeiro: Editora Record; 2003. 557 p.
41. Alba Zaluar. *A Máquina e a Revolta*. Editora Braziliense; 1985.
42. Grillo CC. *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. [Rio de Janeiro]: UFRJ; 2013.
43. Misse M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo - Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana* [Internet]. Editora Lumen Juris; 2006 [citado 4 de dezembro de 2023]. Disponível em: http://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/MISSE_Crime-e-Violencia-no-Brasil-Contemporaneo-2006.pdf

44. Lima W da S. 400 x 1: uma história do comando vermelho. Rio de Janeiro: ANF produções; 2016. 199 p.
45. Nepomuceno MS, Marcinho VP, verdades e posições: o direito penal do inimigo. Gramma; 2018. 368 p.
46. Glenny M. O dono do morro: um homem e a batalha pelo Rio. Companhia das Letras; 2016. 353 p.
47. Manso BP, Dias CN. A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Todavia Editora; 2021.
48. Silva LEL. “Trilha sonora da guerra”: análise das facções maranhenses e da formação da sensibilidade da juventude faccionada a partir do proibidão. [Niterói]: Universidade Federal Fluminense; 2020.
49. Amorim C. Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Best Seller; 1993.
50. Coelho EC. A Oficina Do Diabo; Crise E Conflitos No Sistema Penitenciario Do Rio De Janeiro. Espaço E Tempo; 1987. 173 p.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.